



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições da legislação aplicável e dos estatutos sociais, apresentamos aos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, juntamente com a Manifestação do Conselho de Administração e dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

A crise financeira mundial que eclodiu no 2º semestre de 2007, agravou-se ao longo de 2008 e persistiu durante o 1º semestre de 2009, seguindo-se um período de estabilidade e até mesmo com alguns sinais de lenta recuperação da economia no 2º semestre desse ano.

Na economia brasileira o impacto da crise mundial fez-se sentir com menos intensidade. Assim, já no 3º trimestre de 2009 a recessão cedeu lugar a consistentes sinais de recuperação, o que acabou se confirmando no último trimestre do ano, com forte crescimento econômico, de tal forma a praticamente anular as perdas havidas nos trimestres anteriores de 2009. Para o ano de 2010 as projeções indicam um crescimento entre 5% e 6% para o PIB.

A inflação, medida pela variação do IPCA, registrou uma alta de 4,3% em 2009, contra 5,9% no ano anterior. A meta do governo federal para o ano de 2010 é de índice de inflação de 4,5%, embora o marcado projete alta de 5,2% para o mesmo período.

A taxa básica de juros, representada pela SELIC, que em 31 de dezembro de 2008 situava-se em 13,75% ao ano, registrou contínua redução no decorrer de 2009, situando-se em 8,75% ao ano em 31 de dezembro, correspondendo a uma queda de 36,4% no período. A estimativa para 2010 é de moderada alta visando conter a inflação ao nível projetado pelo governo.

A reanimação da economia brasileira, especialmente no último trimestre de 2009, conjugada com a ainda elevada taxa real de juros, constituíram-se em fatores de atração de recursos externos para aplicação no Brasil no segundo semestre do ano. O índice BOVESPA reflete forte demanda por ações, evoluindo de 37.550 pontos em 31 de dezembro de 2008 para 68.588 pontos em 31 de dezembro de 2009, ou seja, uma valorização de 82,7% no ano. Os registros de emissões de ações na CVM somaram R\$ 32,3 bilhões no ano, contra R\$ 34,0 bilhões em 2008. Os registros de debêntures para oferta pública totalizaram R\$ 11,1 bilhões em 2009, contra R\$ 37,5 bilhões em 2008.

A Companhia procedeu a amortização da última parcela das debêntures da 11ª emissão em seu vencimento final, em 15 de julho de 2009. Com isto, não restam mais debêntures de emissão da CADIP no mercado ou em carteira.

A atuação operacional da Companhia está condicionada às conveniências do Tesouro do Estado e às condições do mercado de capitais.

O desempenho da CADIP no exercício de 2009 foi significativo, superando em 4,0% o resultado do exercício de 2008. As receitas operacionais alcançaram R\$ 77.106 mil, sendo R\$ 55.098 mil (71,5%) provenientes de Resultado da Equivalência Patrimonial decorrente do investimento em ações de emissão da CORSAN. As despesas operacionais totalizaram R\$ 5.849 mil, destacando-se o item de Despesas Tributárias que somaram R\$ 4.380 mil correspondendo a 74,9% daquele total.

O Lucro Líquido alcançou R\$ 71.257 mil, contra R\$ 68.502 mil no exercício de 2008.

As contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 apresentaram variações em seus saldos que refletiram a redução do capital social, aprovada pelos acionistas, bem como a amortização de debêntures da 11ª emissão. Assim, no Ativo Circulante verificou-se redução

na conta de Disponibilidades de R\$ 33.268 mil, em 31 de dezembro de 2008, para R\$ 5.964 mil em 31 de dezembro de 2009. No Ativo Não Circulante a conta de Investimentos - Participações Societárias apresentou um saldo de R\$ 76.145 mil, contra R\$ 289.964 mil em 31 de dezembro de 2008, refletindo a utilização desse ativo para pagamento aos acionistas de parte da redução do capital social. No Passivo Circulante foi amortizado o saldo de Debêntures, enquanto que a conta de Capital Social, no Patrimônio Líquido, refletiu a mencionada redução do Capital Social.

A capacidade de solvência de compromissos financeiros da Companhia é excelente, notadamente diante do inexpressivo Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2009.

A CADIP não está respondendo a nenhum contencioso de ordem trabalhista, fiscal ou qualquer outro. O quadro de pessoal é integrado por funcionários da administração direta ou indireta do Estado, cedidos sem ônus para a Companhia.

Os Auditores Independentes, contratados pela Companhia para proceder auditoria, prestam exclusivamente serviços de auditoria contábil independente.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria de Estado da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para o bom desempenho das atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2009.

A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE	8.297	46.571	CIRCULANTE	178	42.610
Disponibilidades	5.964	33.268	Debêntures	-	41.598
Bancos	162	53	Impostos e Taxas	178	1.012
Aplicações de Liquidez Imediata	5.802	33.215	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.264	293.925
Créditos	2.333	13.303	Capital Social	10.200	291.118
Outros Créditos	2.333	13.303	Reserva de Lucros	74.064	2.807
Juros s/Capital Próprio	1.007	9.294	Reserva legal	3.703	140
Créditos Tributários	1.326	4.009	Reserva de Lucros a Realizar	16.924	667
NÃO CIRCULANTE	76.145	289.964	Reservas de Retenção de Lucros	53.437	2.000
Investimentos	76.145	289.964			
Participações Societárias	76.145	289.964			
TOTAL DO ATIVO	84.442	336.535	TOTAL DO PASSIVO	84.442	336.535

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações. Conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia está adotando a Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

É adotado o regime de competência de exercícios.

b) Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia, descritos nas notas de números 4 e 5, estão representados, substancialmente, na contabilidade pelas aplicações financeiras de liquidez imediata e por créditos, sendo os valores dos mesmos iguais, nos casos aplicáveis, aos de mercado, não sendo evidenciado, até o momento, nenhum risco para a realização destes ativos.

c) Investimentos

O Investimento Permanente é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base o patrimônio líquido da investida levantado na data-base de 31 de dezembro de 2009, devidamente auditado por Auditores independentes, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se, preponderantemente, a recursos aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. CRÉDITOS

Representam os créditos tributários referentes ao IRPJ a compensar e, juros sobre o capital próprio a receber.

6. INVESTIMENTOS - PERMANENTE

A participação societária está assim demonstrada:

Valor em R\$ mil

Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN (Posição em 31 de dezembro de 2009)	
Volume Total de Ações da Investida	407.318.052
Ordinárias	203.659.026
Preferenciais	203.659.026
Patrimônio Líquido da Investida	903.235
Volume de Ações da Investida possuídas pela CADIP	34.338.000
Espécie e Forma	PN
Participação Sobre o Capital Total	8,43%
Participação Sobre o Capital Não Votante	16,86%
Lucro Líquido do Exercício da Investida	217.541
Valor Contábil do Investimento	76.145
Saldo Inicial	49.618
Resultado da Equivalência Patrimonial	26.527

Nota: Demonstrações Contábeis examinadas por outros auditores independentes.

7. DEBÊNTURES

O saldo da 11ª emissão de debêntures da Companhia foi liquidado em seu vencimento, 15/07/09.

8. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão representadas no Ativo pelas aplicações de liquidez imediata, descritas na nota 4 e pelo investimento em ações descrito na nota 6.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2009, deliberou pela redução do Capital Social da Companhia, de R\$ 291.118 mil para R\$ 10.200 mil, totalmente integralizado, permanecendo dividido em 68.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

b) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

c) Retenção de Lucros

A Reserva de Retenção de Lucros está representada pelo saldo remanescente do lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

10. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995 e, atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

11. CONTENCIOSOS

A Companhia não registra contenciosos trabalhistas, fiscais ou de qualquer outra ordem.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia possui, em 31 de dezembro 2009, base negativa de Contribuição Social no montante de R\$ 19.974 mil e, de Prejuízos Fiscais, R\$ 19.974 mil, sem prazo de prescrição. Conservadoramente, a Companhia não reconhece o ativo fiscal decorrente de base negativa de Contribuição Social no montante de R\$ 1.797 mil e, de Prejuízos Fiscais no valor de R\$ 4.993 mil, sendo que o seu registro contábil ocorrerá na forma estabelecida pela Deliberação CVM 273/98 e na proporção da geração de lucros tributáveis futuros.

13. SEGUROS

A Companhia não possui bens imóveis e nem móveis suscetíveis de serem segurados.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Neste sentido a Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo.

LEONILDO MIGON

PRESIDENTE

OLAVO CESAR DIAS MEDEIROS

DIRETOR TÉCNICO

CARLOS EDUARDO PROVENZANO

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

PAULO CESAR SANTANA NUNES

CONTADOR

CRC 034346/0-4

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2008
RECEITAS OPERACIONAIS	77.106	80.299
Receitas Financeiras	22.008	11.181
Resultado da Equivalência patrimonial	55.098	69.118
DESPESAS OPERACIONAIS	(5.849)	(11.797)
Despesas Financeiras	(1.374)	(10.565)
Despesas Administrativas	(95)	(220)
Despesas Tributárias	(4.380)	(1.012)
RESULTADO OPERACIONAL	71.257	68.502
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	71.257	68.502
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	71.257	68.502
Lucro por Ação do Capital Social Final - R\$	1,04790	1,00739

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de R\$)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS, PREJUÍZO E DESTINAÇÕES	TOTAL
		LEGAL	LUCROS A REALIZAR	RETENÇÃO DE LUCROS		
EM31 DE DEZEMBRO 2007	291.118	-	-	-	(65.695)	225.423
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	68.502	68.502
DESTINAÇÕES PROPOSTAS:						
Reserva Legal	-	(140)	(667)	(2.000)	(2.807)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	(140)	-	-	(140)	-
Reserva de Lucros	-	-	(667)	-	(667)	-
Retenção de Lucros	-	-	-	(2.000)	(2.000)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2008	291.118	140	667	2.000	-	293.925
Redução de Capital	(280.918)					(280.918)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	71.257	71.257
Reversão de Reservas			(667)	667	-	-
DESTINAÇÕES PROPOSTAS:		3.563	16.924	50.770	71.257	-
Reserva Legal		3.563			(3.563)	-
Reservas de Lucros			16.924	50.770	(67.694)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2009	10.200	3.703	16.924	53.437	-	84.264

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2009	2008
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	71.257	68.502
Ajustes por:	193.185	(69.734)
Equivalência Patrimonial	213.819	(69.118)
Despesas de Juros	1.374	10.565
Receitas Financeiras	(22.008)	(11.181)
Resultado Líquido Ajustado	264.442	(1.232)
Variáveis nos Ativos e Obrigações:	229.414	(97.841)
Obrigações com Debêntures	(41.599)	(98.711)
Outras Obrigações	(834)	(42)
Créditos	2.930	912
Investimentos	268.917	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	493.856	(99.073)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:	(238.869)	8.382
Recebimento de Juros sobre o Capital Próprio	30.048	8382
Recebimento de Dividendos		
Alienação de Investimentos	(268.917)	-
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(238.869)	8.382
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:	(282.292)	(10.565)
Amortização e Juros sobre Emissão de Debêntures	(1.374)	(10.565)
Redução de Capital	(280.918)	-
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos	(521.161)	(2.183)
Varição de Caixa e Equivalente de Caixa:	(27.305)	(101.256)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	33.268	134.524
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	5.963	33.268

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2008
Valor Adicionado Recebido em Transferência	77.106	80.299
Resultado da Equivalência Patrimonial	55.098	69.118
Receitas Financeiras	22.008	11.181
Valor Adicionado Total a Distribuir	77.106	80.299
Distribuição do Valor Adicionado	77.106	80.299
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	4.380	1.011
Remuneração de Capitais de Terceiros	4.380	1.011
Juros	1.374	10.565
Remuneração de Capitais de Próprios	71.257	68.502
Lucros Retidos	71.257	68.502
Outros	95	221



**CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.**

COMPANHIA ABERTA

CGC/MF Nº 00.979.969/0001-56 - NIRE 43.3.0003451.8
AV. MAUÁ, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa; a Demonstração do Valor Adicionado e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e o teor do Parecer dos Auditores Independentes, aprova os referidos documentos julgando-os em condições de sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Aos
Acionistas, Diretores e Conselheiros da
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP
Porto Alegre / RS

– CORSAN, referente às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009, contém parágrafo de ênfase sobre o seguinte assunto: **a)** Conforme descrito na nota explicativa nº 7 tendo em vista disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, a empresa efetuou, com base em estudo técnico de viabilidade, o registro contábil do ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 53.652 mil, cuja realização está condicionada à geração futura de lucros tributáveis.

Porto Alegre, 02 de março de 2010.

Flávio Pompermayer
Ney Michelucci Rodrigues
Ricardo Richiniti Hingel

Fernando Guerreiro de Lemos
Jorge Luis Tonetto

(1) Examinamos o balanço patrimonial da **CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP**, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi examinada por outros auditores independentes, e a nossa opinião, no que diz respeito ao investimento no valor de R\$ 76.145 mil e do resultado de equivalência patrimonial decorrente desse investimento no valor de R\$ 55.098 mil, está baseada no parecer desses auditores independentes.

(5) Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado desse exercício, sobre as quais emitimos parecer, datado de 16 de fevereiro de 2009, contendo parágrafo de ênfase sobre os seguintes assuntos relativos à investida: **a)** a Companhia efetuou, com base em estudo técnico de viabilidade, o registro contábil do ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 58.416 mil, cuja realização está condicionada à geração futura de lucros tributáveis; e **b)** para equacionar o déficit técnico acumulado na Fundação Corsan existente em 31 de dezembro de 2008, foi proposto elevar em dois anos a idade mínima exigida para a concessão dos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição especial, ao invés de aumentar as contribuições da patrocinadora e participantes, o qual se encontra pendente de aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar. Esses assuntos já foram solucionados no exercício de 2009.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2010.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, examinamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2009, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social de 2009 e, tendo presente o Parecer dos Auditores Independentes, entendemos estarem os referidos documentos em condições de serem aprovados pelos Senhores Acionistas.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, com base em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP**, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC/RS 50.671

Porto Alegre, 03 de março de 2010.

Sergio Renato Viegas Medeiros
José Luiz Piazza Pfischer

Fernando Rodrigues

(4) O parecer dos auditores independentes da Companhia Riograndense de Saneamento